

# **EDUCAÇÃO INTEGRAL E TRABALHO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NO INSTITUTO POLITÉCNICO DA UFRJ EM CABO FRIO/RJ**

Cosme Leonardo Almeida **Maciel** – NEEPHI/UNIRIO

## **Resumo**

O presente trabalho se insere no debate que envolve questões inerentes ao campo trabalho e educação. Dentro dessa temática delimitamos como questão central a possibilidade de uma formação humana, tendo o trabalho como elemento fundamental. Estabelecemos como objetivo entender qual o sentido atribuído ao trabalho na proposta de formação humana, desenvolvida no Instituto Politécnico da UFRJ, em Cabo Frio/RJ. O artigo resulta de pesquisa concluída no âmbito do mestrado, realizada entre 2012-2014. Em termos teórico-metodológicos, tomamos como referencial o materialismo histórico e dialético para analisar o objeto buscando interpreta-lo em suas múltiplas determinações. As questões que hora problematizamos resultam de pesquisa documental, do qual se selecionou três textos chaves que abrange o período de 2008 a 2011. A pesquisa nos permitiu reconhecer que existe uma ação intencional no sentido de proporcionar aos alunos uma perspectiva de formação que articule trabalho manual e intelectual, na perspectiva de uma educação politécnica.

**Palavras chave:** trabalho, formação humana e educação integral.

# **EDUCAÇÃO INTEGRAL E TRABALHO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NO INSTITUTO POLITÉCNICO DA UFRJ EM CABO FRIO/RJ**

## **Introdução**

O ano de 2008 marcou o início das atividades do Instituto Politécnico de Cabo Frio/RJ. Em parceria com o município supracitado, a escola passou a funcionar com três turmas, no espaço da Escola Estadual Municipalizada Teixeira e Souza. Na ocasião, a mesma funcionava como projeto experimental, não possuindo espaço próprio e autonomia político-administrativa. Assim sendo, desenvolvia suas atividades em tempo

integral, ocupando três salas na escola citada, com duas turmas de sexto ano do ensino fundamental e uma turma do primeiro ano do ensino médio. Dividia ainda espaços com outras turmas, que funcionavam no modelo convencional, em tempo parcial. Também, organizava-se pedagogicamente em áreas de conhecimento (Relações Sociais, Práticas Desportivas Aquáticas e Terrestres, Prática de Comunicação Social e Arte, Construção Naval e outras Tecnologias e Ciências do Ambiente).

Neste sentido buscamos identificar, nos documentos oficiais do IP Cabo Frio, os aspectos pedagógicos que configuram pressupostos importantes para a definição de uma perspectiva de formação humana norteadora do trabalho educativo ali materializado. Assim sendo, recorreremos a três documentos para realizarmos as análises. O primeiro trata-se de um documento de 2007 (DOC A), que instituiu a parceria entre o Município de Cabo Frio e a UFRJ; o segundo, de 2009 (DOC B), quando ocorre uma pretensão da Universidade em ampliar as ações na Região dos Lagos e, por fim, o Projeto Político Pedagógico da escola. O mesmo foi construído no ano de 2011, ou seja, quase quatro anos após o início das atividades dessa instituição escolar, constituindo-se como referencial importante para o objetivo proposto nesta seção. Dessa forma, a reflexão realizada no presente trabalho, se concentra no período de 2008 a 2011, visto que consideramos suficiente para dar conta das questões propostas neste espaço.

As inferências foram feitas respeitando a cronologia dos documentos, pois acreditamos ser este um caminho interessante, haja vista as possíveis transformações que podemos encontrar, decorrentes das diferentes conjunturas em que os mesmos foram produzidos. Cabe ressaltar que a escolha foi acompanhada de cuidado para não criarmos uma estrutura rígida. Por esta via, cruzamos as informações desses documentos num movimento de idas e vindas, tendo em vista melhor situar as contradições, rupturas ou permanências.

## **1. A concepção de formação humana presente nos documentos de fundação do IPUFRJ**

Passadas as informações iniciais, de caráter metodológico, entremos propriamente nas análises e vejamos o que os materiais nos revelam quanto à perspectiva de formação dos sujeitos no IP Cabo Frio. Em primeiro lugar nos

perguntamos: como aparece a definição de formação dos sujeitos nos documentos oficiais? Que sujeitos pretendem formar?

Iniciamos as análises partindo do documento de 2007, cuja importância é ressaltada pelo próprio autor, haja vista seu caráter inicial no lançamento das bases para o funcionamento da escola, conforme podemos observar a seguir:

O presente documento é um primeiro ensaio que se oferece como base para que as equipes da Prefeitura Municipal de Cabo Frio e da Universidade Federal do Rio de Janeiro venham a consolidar o projeto pedagógico do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. (DOC A, p. 03, 2007).

A observação atenta desse documento nos fez perceber que não existe uma definição explícita quanto à questão da formação dos sujeitos. Porém, no item 2.1, intitulado *O projeto pedagógico do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio*, o parágrafo de abertura trás alguns elementos relevantes, que nos permitem avançar no nosso propósito:

A **educação para o trabalho** é ainda um grande desafio para os educadores no Brasil. Embora o **trabalho** seja um direito consagrado pela constituição, a maior parte dos currículos escolares permanece alheia à relevância de preparar o ingresso das crianças e jovens no **mundo do trabalho**. No mais das vezes, nos deparamos com concepções que se limitam ao **treinamento** de habilidades motoras para o exercício de funções específicas na produção, desconsiderando o percurso intelectual que **laborou** a sistematização de tais ou quais habilidades como prática profissional; ou, caminho inverso, com modelos em que o aluno é instado a devotar uma espécie de **fé cega** na possibilidade de aplicação futura de uma massa amorfa de informações, que ele precisa acumular como num relicário, à espera de que o milagre do conhecimento se faça. (DOC A, p. 06, 2007 – grifos nossos)

Na citação acima destacamos a palavra *trabalho*, pois é possível perceber sua maior incidência durante o texto, questão central trazida pelo autor, ou autores do documento. Neste sentido, o mesmo coloca duas situações que envolvem a relação trabalho e educação. A primeira prepara os sujeitos para exercer funções específicas da produção, sem maiores articulações com o aspecto intelectual da atividade laboral. Na segunda, a ênfase recai sobre possibilidades futuras de aplicação do conhecimento, o que ele define como “fé cega”. Em ambas as possibilidades, o trabalho se articula à educação, porém com uma conotação negativa. Entretanto, não aparece como tema por acaso. Podemos sugerir, num primeiro momento, que a relação trabalho e educação figura como uma preocupação marcante. Mas não é possível perceber o sentido

atribuído à categoria trabalho apenas com este trecho: para isso, foi preciso caminhar um pouco mais pela fonte.

Move-nos, portanto, a certeza de que **teoria e prática** não são dimensões estanques. E é essa certeza que nos leva a perceber a criação do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio como um esforço de construção de um **modelo educacional inovador**, com o qual se torna possível cuidar ao mesmo tempo da **formação do cidadão e do trabalhador** — de sorte que o conceito de cidadania se construa, desde as **primeiras experiências do aluno com o ambiente escolar**, a partir do estímulo a que lide antecipadamente com algumas das questões que lhe serão impostas pela **rotina de trabalho**, diante das quais ele terá de se posicionar tanto individual quanto coletivamente; e assim, ponte entre o que se põe a realizar e as teorias capazes de explicar sua realização, o aluno sublinha sinais de pertencimento a tradições sócio-culturais e tecno-científicas que dependem também dele para que se **perpetuem ou se renovem**. (DOC A, p. 06, 2007 – grifos nossos)

Ao lermos a citação acima, é possível notar que existe uma preocupação quanto ao vínculo entre teoria e prática, o que indica um movimento de superação das abordagens estanques destacadas anteriormente. Ao privilegiar essa perspectiva, entendemos que a escola que se queria construir tratava-se de um modelo inovador, ao pretender dar conta da formação política e profissional, ou seja, do cidadão e do trabalhador de forma indissociável. Estes são princípios que, à primeira vista, devem nortear a formação das crianças desde as séries iniciais, das primeiras experiências escolares. Ocorre que o trabalho aparece como aspecto central, mas não apenas para o ensino médio profissional, e sim para todas as faixas etárias. Outro elemento interessante é quanto à expectativa dessa formação proporcionar maior apropriação da cultura e da ciência, de forma que possibilite ao aluno manter ou superar o que já esteja posto.

Assim sendo, retomamos a questão anterior, reconhecendo que o trabalho aparece como um aspecto central para a formação dos sujeitos e que o mesmo tem um sentido mais amplo ao ter como princípio a articulação entre teoria e prática. Neste sentido, o termo politécnico, que acompanha o nome da escola, não aparece por acaso, ou seja, pode ser entendido como método para a realização do trabalho pedagógico. Esse aspecto é posto em relevo pelo autor, nos seguintes termos:

A metodologia que adotamos como referência para a totalidade dos projetos desenvolvidos no âmbito do PROGRAMA DE COLÉGIOS

POLITÉCNICOS DA UFRJ, de inspiração **tutorial e politécnica**, baseia-se em atividades que buscam privilegiar a autonomia intelectual dos alunos, acolhendo a prática como ponto de partida para a construção do conhecimento. (DOC A, 2007, pág. 06 - grifos nossos)

No transcorrer do texto não aparece uma definição do que se entende por *método tutorial* e, principalmente, por *politécnico*. Mas, pelo menos com relação ao segundo termo, é possível perceber seu sentido, haja vista as análises feitas anteriormente quanto ao conceito trabalho. Apesar de não haver uma referência explícita aos textos marxianos ou marxistas, é possível notar maior aproximação com a concepção marxista, sobretudo no que tange à relação trabalho e educação.

A educação politécnica já foi tema de debate acalorado entre educadores de grande expressão no Brasil. Na ocasião, o pensador Saviani ressaltou que o termo politécnico, historicamente, esteve associado à concepção socialista de educação profissional. Neste sentido, seria mais apropriado a sua utilização do que o termo tecnológico, cuja conotação tende mais para uma concepção liberal de sociedade, devido à apropriação feita do mesmo. Assim sendo, ao destacar nos documentos a opção por um método “politécnico”, seu autor indica maior proximidade com a concepção socialista. É importante ressaltar que o texto produzido por Saviani que aborda a questão sobre a qual estamos refletindo - “*O choque teórico da politecnia: trabalho, educação e saúde*” (2002), figura nas referências bibliográficas do Projeto Político Pedagógico da Escola – documento que mais adiante será posto em relevo.

O segundo documento, de 2009 (DOC B) trata-se de uma ampliação do de 2007. Conforme ressaltamos, não é um documento que trata de questões exclusivamente do IP Cabo Frio. O mesmo previa a criação de um Programa de formação de professores para atuarem nas áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro. Essa proposta estava em consonância com a política de ampliação e expansão universitária para regiões interioranas, em conformidade com o Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ<sup>1</sup>.

Neste sentido, ao analisarmos este documento, percebemos que a escola aparece como um dos espaços utilizados para formar tais professores, ou seja, como uma

---

<sup>1</sup> Este programa estabelece objetivo e metas a serem alcançadas no período de 2008 a 2012, tendo em vista uma reestruturação e expansão da universidade. Neste sentido, o NIDES estaria em consonância com este desafio.

espécie de laboratório experimental. As informações concernentes ao IPUFRJ aparecem apenas como apêndice do curso que se pretende implementar. Entretanto, uma observação mais atenta nos permite identificar na proposta de criação do curso de formação de professores uma preocupação quanto à questão da relação trabalho e educação. O curso prevê uma formação que articule atividades teóricas e práticas. Por esta via, notamos uma aproximação com as informações contidas no DOC A, haja vista a presença da categoria trabalho como um aspecto relevante para a formação dos sujeitos. Dessa forma, nos pareceu intencional a escolha do trabalho como um elemento central constitutivo da formação dos sujeitos e, por isso, perpassando todas as ações pedagógicas empreendidas por seus idealizadores.

Podemos ratificar essa afirmativa ao por em relevo o trecho do documento que trás, de forma mais sistemática, a questão metodológica em sua vinculação com o trabalho. Percebemos que o mesmo foi retirado quase integralmente do DOC A, acrescentando apenas ao nome da escola, a proposta de formação de professores, conforme podemos observar adiante.

Temos, contudo, a pretensão de fugir a esse padrão. A metodologia que adotamos como referência para a totalidade dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Institutos Politécnicos da UFRJ e do **PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ÁREAS RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, de inspiração tutorial e politécnica, baseia-se em atividades que buscam privilegiar a autonomia intelectual dos alunos, acolhendo a prática como ponto de partida para a construção do conhecimento. (DOC B, p. 38, 2009 – grifo nosso).

Neste sentido, ressaltamos que o DOC B não nos trouxe elementos que acrescentassem outras informações, tendo em vista dar mais consistência às afirmações feitas com base no DOC A, pois o mesmo não trata de questões específicas do IP. Todavia, cabe fazer algumas ressalvas: primeiro, o fato de não trazer nada de diferente pode significar uma linha de continuidade no que já se havia explicitado no DOC A. Assim sendo, reafirma a perspectiva de formação humana articulada ao trabalho como categoria central; segundo, a escola, ao se tornar um espaço também para a formação de professores, pode indicar que o trabalho educativo desenvolvido neste espaço fez emergir outras possibilidades, refletindo sua fecundidade; terceiro, o fato da categoria trabalho aparecer como fundamento da formação dos sujeitos, também no curso de formação de professores, pode indicar um projeto mais amplo de seus idealizadores, tendo em vista a articulação com um projeto sociopolítico mais ambicioso.

## 2. A concepção de formação humana no Projeto Político Pedagógico

Passemos agora à análise do Projeto Político Pedagógico. De início, cabe uma rápida contextualização da conjuntura em que o PPP é construído. o ano de 2011 foi bastante conturbado para o IPUFRJ, em termos políticos e administrativos: Preocupações de pais e alunos quanto à continuidade da escola, haja vista não ter ocorrido sua institucionalização; professores com seus pagamentos atrasados; a escola funcionando em espaços alternativos, por conta de não ter ainda um espaço próprio, enfim, uma realidade de muitas dificuldades. É nesse contexto que o PPP é produzido, ou seja, de muitas incertezas e interrogações. Neste sentido, até que ponto o mesmo representou avanços quanto a tornar mais clara e evidente a perspectiva de formação que se pretendia para os sujeitos?

O documento apresenta uma estrutura simples, composta de seis seções, num espaço de oito páginas: 1. Apresentação; 2. História, atualidades e perspectivas; 3. Papel discente; 4. Papel docente; 5. Perfil dos responsáveis pelo aluno; 6. Bibliografia. Aqui nos interessa, principalmente, a primeira parte, quando são explicitados pressupostos básicos que respaldam o trabalho educativo da escola e a seção de número três, onde aparecem elementos referentes ao trabalho dos professores.

Começamos por apresentar o parágrafo de introdução, em que são destacados os sujeitos que participaram do movimento de construção do documento:

O projeto político pedagógico (PPP) do ensino fundamental do Instituto Politécnico da UFRJ (IPUFRJ) em Cabo Frio é um documento construído coletivamente pela comunidade escolar, compreendendo pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade local. O documento pretende explicitar as concepções e a organização das atividades da escola. (PPP, p. 01, 2011)

À primeira vista, não é possível perceber nada de muito diferente do que se apresenta na maioria dos PPPs produzidos pelas instituições escolares. Ressalta o seu caráter coletivo, envolvendo os diversos grupos que compõem a comunidade escolar e sinaliza quanto ao que se pretende explicitar. No entanto, a ata da primeira reunião, em que são iniciadas as discussões, revela que nem todos os grupos supracitados se fizeram presentes:

Os **professores presentes** se dividiram em 4 grupos. Cada grupo ficou responsável por ler um documento que auxiliasse na organização da

construção do nosso PPP. A saber: PPP da EPSJV, PPP da Escola da Ponte, Documento do NIDES e Artigos sobre construção de PPPs. Os grupos apresentaram a idéia geral dos documentos para decidirmos os pontos do nosso PPP e elaborarmos um cronograma de trabalho para a semana. (Ata 25/07/2011- grifo nosso)

Segundo o que destacamos, ao que tudo indica, o documento foi construído pelos professores, sem a participação efetiva de pais e alunos. O mesmo é interessante, pois também revela aspectos da metodologia utilizada na construção desse PPP. É possível perceber que os professores se dividiram em grupos distintos para fazer a leitura de documentos da própria escola e de PPPs de outras instituições. As instituições escolhidas demonstram certa preocupação do grupo, em tomar como modelo documentos produzidos por instituições cujas experiências são pouco convencionais, ou seja, reconhecidas por sua proposta diferenciada de educação escolar. Mas a questão da forma como foi produzido ou, de quem de fato participou de sua construção, não configura elemento central da nossa análise. Sabemos que este documento é um importante referencial para a prática pedagógica da escola, por isso, cabe-nos continuar indagando quanto aos elementos que são apontados como constituintes da proposta de formação dos sujeitos. Assim sendo, logo no início da apresentação encontramos uma afirmação bastante interessante no que tange ao tema:

O IPUFRJ tem como principais finalidades a **formação de trabalhadores**, tendo o **trabalho como princípio educativo**, além da formação continuada de profissionais de educação no campo da Educação e Trabalho. O processo formativo tanto dos professores, quanto dos alunos do Instituto busca ser **político e crítico**, de forma a estimular a **autonomia intelectual** dos mesmos. (PPP, p. 01, 2011 – grifos nossos)

Conforme observamos, o documento coloca em evidencia a finalidade de formar trabalhadores, tendo o trabalho como princípio educativo. No mesmo horizonte se encontra a proposta de formação continuada dos professores, no campo trabalho e educação. Mais uma vez se reforça o vínculo estreito da relação trabalho e educação. Mas, o conteúdo dessa relação fica mais explícito na parte final, quando o trecho destacado afirma que o Instituto prima pela formação de sujeitos políticos e críticos, de forma a estimular a autonomia intelectual. Tais afirmações nos levam a reconhecer certa intencionalidade no que diz respeito à formação de sujeitos capazes de agirem criticamente na sociedade. A combinação dos termos *trabalho*, *político*, *crítico* e *autonomia intelectual* possivelmente remetem a uma perspectiva de educação que se



articula com um projeto mais amplo de sociedade. Neste caso, estamos nos referindo ao projeto socialista. Mas, em que medida é possível fazermos esta afirmativa, de forma categórica? Observemos a continuação do texto e notemos o que se acrescenta de novos elementos à questão:

Tendo a **educação politécnica como princípio**, o IPUFRJ se **posiciona de forma crítica ao modo de produção hegemônico**, porém é consciente das condições estruturais vigentes. Cientes das **contradições** inerentes a essa relação, acreditamos que o processo educativo da classe trabalhadora passa pela tentativa de apropriação do conhecimento racional, enquanto meio de produção, como forma de **superar a divisão social do trabalho** e as relações de dominação hoje existentes. (PPP, p.01, 2011- grifos nossos)

Nesta passagem, temos acesso a novos dados que nos trazem importantes subsídios para a confirmação do que até o presente momento se constituiu apenas como hipótese. Percebemos o aparecimento do termo *educação politécnica* como princípio do IPUFRJ, ou seja, mais uma vez se apresenta como referência fundamental no entendimento que se tem do trabalho como princípio educativo e que perspectiva metodológica se espera da relação trabalho e educação, ou seja, a politécnica. Neste momento, cabe retornarmos a essa questão, no sentido de melhor entendermos o que de fato vem a ser a educação politécnica. Para tanto, recorremos à fala de Frigotto (2012):

A educação politécnica resulta, assim, no plano contraditório do desenvolvimento das forças produtivas das relações capitalistas de produção e da luta consciente da necessidade de romper com os limites intrínsecos e insanáveis destas mesmas relações. Esta compreensão Marx já a desenvolve nos Manuscritos econômicos filosóficos (1989), quando salienta que o novo não brota do nada ou de uma ideia, e nem sem atribulações, mas é arrancado do seio das velhas relações sociais. (Frigotto, p. 275, 2012)

A partir do exposto, percebemos que a proposta de educação politécnica se articula a uma perspectiva política e ideológica que tem como horizonte a superação da sociedade de classes. Porém o autor, com base em Marx, ressalta que a tarefa se dá no campo das relações sociais, nas contradições do próprio modo de produção vigente, ou seja, o capitalista. Põem em relevo também que o novo que se quer não resulta de uma ideia ou aparece do nada, mas da própria sociedade que se questiona. Neste sentido, o IPUFRJ, ao propor no PPP uma educação de base politécnica, a princípio, estaria se aproximando da perspectiva marxista? Continuando, fazemos uso de outra citação do referido autor sobre o tema:

Assim, como sublinha Saviani (2003), em nossa realidade histórica, a educação politécnica traduz os interesses da classe trabalhadora na crítica a fragmentação dos conhecimentos, à superação entre educação geral e específica, entre técnica e política, e a divisão entre trabalho manual e intelectual; além disso, afirma *o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno* na relação entre educação, instrução e trabalho, da perspectiva desenvolvida por Marx e Engels e apropriada pelas experiências socialistas, mormente pelos educadores russos dos primeiros anos da Revolução de 1917, entre as quais se destacam as abordagens de Pistrak (1981e 2009). (Frigotto, 2012, p. 277)

Assim sendo, a educação politécnica, em seu viés socialista, pressupõe a apropriação de toda ciência por parte dos sujeitos, numa relação indissociável do trabalho manual com o intelectual, não sobrepondo um ao outro. Este parece ser o conteúdo explícito e a perspectiva de educação com base na politecnia apresentada no documento. Podemos perceber isso na sequência, quando ressalta que se almeja que tal educação seja crítica e contrária ao modo de produção hegemônica, ou seja, ao modo de produção capitalista.

Como é consenso no referencial especializado, o modo de produção referido se caracteriza pela separação do trabalho manual e intelectual, supervalorizando o segundo e precarizando intensamente o primeiro. Neste sentido, uma educação politécnica que seja contrária a este *status quo* só pode ser de base socialista. Isso fica ainda mais evidente na parte final da citação anterior, quando se põe como horizonte superar a divisão social do trabalho, aspecto marcadamente presente na literatura e experiências de viés socialista. Prosseguindo com essa ideia de constituir uma educação primada na relação indissociável entre trabalho manual e intelectual, notamos novamente a presença dessa questão no PPP agora articulada ao horizonte de criação da consciência de classe.

Por isso, se propõe uma **concepção de educação** que supere a **contradição** entre **trabalho manual e intelectual**, possibilitando aos trabalhadores uma **formação humana**. A partir dessa concepção, acredita-se criar no trabalhador a consciência de classe necessária para que este possa se tornar **dirigente**. (PPP, 2011, p.01 – grifos nossos)

Observando a passagem acima, percebemos que, além dos elementos já destacados com base nas análises das citações anteriores, outros se fazem presentes. Aqui se articula a perspectiva de superação da contradição trabalho manual e intelectual com o horizonte de uma formação humana. Esta *formação humana*, relacionada à questão do trabalho como categoria fundamental, nos leva a perceber que, de certa forma, existia uma intencionalidade quanto à compreensão do trabalho como essência

humana, ou seja, como principal atividade do homem, atividade que é o próprio sentido de *existir* do ser humano.

Dando continuidade à reflexão, as análises revelam que a perspectiva de formação dos sujeitos, que tem o trabalho como seu princípio educativo e a educação politécnica como método, não é um elemento a ser desenvolvido apenas no ensino médio profissional. Conforme ressaltamos anteriormente, perpassam as ações pedagógicas de um modo geral, inclusive, no ensino fundamental – o que pode parecer uma contradição, por conta da legislação que – coerentemente – proíbe a exploração do trabalho infantil.

O **ensino fundamental** oferece ampla formação com **base nos pressupostos teóricos e metodológicos** que fundamentam a pedagogia do Instituto, primando pela **formação integral** com capacidade de reflexão crítica sobre questões inerentes a região. Nessas perspectivas, o IPUFRJ através deste segmento de ensino busca oferecer as bases necessárias para o ingresso nos cursos de formação técnica que projetam a exploração de vocações regionais e tradições culturais locais como um terreno pedagógico de alcance às camadas populares, objetivando a promoção de alternativas econômicas que, ao mesmo tempo em que lhes dêem sustentabilidade valorize suas tradições e respeite o meio ambiente. Tais alternativas intervêm diretamente na promoção do bem estar da **coletividade** para que as **riquezas produzidas na região sejam distribuídas de forma mais equânime**, sem prejuízos para as populações futuras sejam elas oriundas da região ou de outras regiões do país. (PPP, 2011, págs. 5-6 – grifos nossos)

Neste sentido, percebemos neste aspecto que também existe uma proximidade com a perspectiva marxista, pois se argumenta no sentido do trabalho ser um princípio a ser observado na educação das crianças de um modo geral, ou seja, para além da educação estritamente profissional, conforme podemos observar a seguir:

A introdução do trabalho como princípio educativo em todas as relações sociais, na família, na escola e na educação profissional em todas as suas aplicações, particularmente hoje, em um mundo em que o desenvolvimento científico e tecnológico desafia a formação de adolescentes, jovens e adultos no campo e na cidade, supõe recuperar para todos a dimensão da escola unitária e politécnica, ou a formação integrada – sua forma prescrita pela lei -, introduzindo nos currículos a crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista, os direitos do trabalho, o conhecimento da história e o sentido das lutas históricas dos trabalhadores e no trabalho na educação. (Ciavata; Frigotto, 2012, p.753)

Retomando a citação anterior do PPP, cabe um destaque quanto ao aparecimento da expressão *formação integral* pela primeira vez, de forma explícita. Também vale

ressaltar que o conceito se articula à proposta de formação dos sujeitos com base na mesma metodologia, ou seja, o ensino fundamental tem como horizonte proporcionar uma formação integral na perspectiva do trabalho.

Mais um aspecto que podemos por em relevo na citação a que nos referimos anteriormente se refere à relação educação escolar e sociedade. A parte final estabelece como uma necessidade formar os educandos de maneira que se apropriem da riqueza da região a qual a escola se insere, tendo em vista contribuir para que ela possa ser distribuída de forma equânime. Essa perspectiva de entender a escola como espaço de vida em relação intensa com o mundo do trabalho, também se evidencia na passagem abaixo, onde destacamos o caráter transformador que se espera dos sujeitos, em termos de prática social:

Além disso, como posicionamento político do Instituto, busca-se envolver na formulação de uma nova prática social que ajude o **ser humano** a inserir-se na sociedade de maneira ativa e como **elemento de transformação social**. (PPP, 2011, p. 06 – grifos nossos)

Essa perspectiva de transformação social aparece de forma muito clara e enfática no PPP. Mas, existe nitidez quanto ao que se quer mudar? Anteriormente vimos que os documentos afirmam como horizonte a superação do modo de produção capitalista, que nos levou a indicar uma proximidade com a pedagogia socialista. Contudo, ainda estávamos apenas no campo da especulação, pois não apareciam os termos *socialista* ou *marxista* literalmente, no texto. A especulação é superada na citação a seguir quando, de fato, se afirma a perspectiva marxista de trabalho e a intencionalidade quanto à formação de intelectuais orgânicos para a classe trabalhadora:

A escola objetiva criar condições para que o aluno se perceba enquanto trabalhador, entendendo o trabalho em sua **totalidade marxista**, como **princípio fundador da concepção humana**. Pretende-se estimular no aluno uma atitude autônoma, de modo que ele se perceba como agente do processo educativo, preparando-o para atuar como **intelectual orgânico** nas diferentes esferas da sociedade. (PPP, 2011, p.06 – grifos nossos)

Conforme podemos observar, a *totalidade marxista* aparece como teoria e método para a percepção do aluno como sujeito trabalhador. Neste sentido, o documento nos possibilita inferir que, ao perceber-se como trabalhador participante de uma classe social específica e, consciente da sua condição no mundo do trabalho, é possível que se coloque como intelectual orgânico. Acreditamos que este conceito se remete ao pensamento de Antonio Gramsci, tendo em vista o teor de cunho marxista

que permeia o PPP. Para Gramsci, cada classe postula para si intelectuais orgânicos, tendo em vista a construção/ruptura ou, a manutenção da hegemonia. Neste sentido, a classe trabalhadora também deve formar *para si* intelectuais orgânicos, para atuarem numa perspectiva, contra-hegemônica. Porém, ele destaca que a classe trabalhadora não precisa do intelectual tradicional, mas sim de um novo tipo, capaz de ser dirigente.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloqüência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanentemente", já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece "especialista" e não se torna "dirigente" (especialista + político). (Gramsci, 2011, p.53)

Por fim, destacamos que o documento também estabelece parâmetros quanto ao que se espera dos responsáveis legais dos alunos na condução de sua trajetória na instituição. O mesmo ressalta a necessidade dos responsáveis, ao optarem pelo projeto da escola, apoiarem, promoverem e legitimarem a metodologia da instituição. Além disso, destaca como relevante a participação dos mesmos na atuação crítica, no sentido de buscar as mudanças necessárias para uma educação de qualidade:

Espera-se dos responsáveis legais pelo aluno, que escolhem a Escola e **optam** pelo seu projeto, que **apóiem** e **promovam** a **legitimação** dos ideais científicos, metodológicos e pedagógicos do instituto, **atuem** criticamente para promover as mudanças necessárias para estabelecimento de um ensino de qualidade. (PPP, 2011, p.07)

Podemos indagar se tais atribuições estabelecidas aos pais, não seria uma forma de impeli-los ao compromisso de manter a proposta pedagógica da escola, já se antecipando a possíveis questionamentos, tendo em vista se tratar de um modelo pouco comum e com um referencial teórico historicamente bastante polêmico. Outra possibilidade de interpretação tem relação com a conjuntura em que o PPP foi produzido, como já ressaltamos, de crise interna e externa. Neste sentido, reafirmar as bases político-filosófico da escola seria um caminho necessário para evitar perdas essenciais no que se refere ao projeto de formação dos sujeitos. Relembramos que não há participação efetiva, por parte de alunos e responsáveis, o que abre margem para uma construção enviesada do texto, cujos interesses expressos refletem os interesses do grupo majoritário que se fez presente, neste caso, professores e coordenadores.

## Considerações finais

O presente trabalho é resultado de um esforço de reflexão orientado teórica e metodologicamente pelo materialismo histórico e dialético. Neste sentido, desenvolvemos a pesquisa tendo em vista trazer à luz as contradições inerentes à temática da relação trabalho e educação em suas múltiplas determinações, tendo como objeto o trabalho educativo desenvolvido no IPUFRJ. Para tanto, analisamos a proposta desenvolvida nesta instituição escolar, buscando identificar os elementos que caracterizam a prática instituída neste espaço, no que tange à materialidade de uma proposta de educação integral, por meio da perspectiva marxista de educação.

A leitura dos documentos de fundação do IPUFRJ e do PPP nos permite reafirmar que existe, de fato, uma tentativa de aproximação da proposta de formação dos sujeitos do IP Cabo Frio com a concepção marxista. Por esta via, acreditamos que ao buscar novos referenciais para a organização e apropriação dos conhecimentos, tem se instituído na escola uma prática educativa que se constitui como contra hegemônica, ao romper com as fronteiras que separam pequenos “feudos”, por exemplo, representados nas disciplinas. E, também, ao valorizar a subjetividade dos sujeitos, primando por atividades teóricas e práticas que demandam o trabalho coletivo e o domínio dos processos inerentes ao que se quer produzir para além das funções exclusivamente motoras. Aqui cabe retornamos ao conceito de intelectual desenvolvido por Gramsci. O autor faz distinção entre o que denominou de “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”, conforme podemos identificar em seguida:

O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que acreditam ser literatos, filósofos, artistas – crêem também ser os “verdadeiros” intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual. Neste sentido trabalhou o semanário *L'Ordine Nuovo*, visando a desenvolver certas formas de novo intelectualismo e a determinar seus novos conceitos; e essa não foi uma das razões menores de seu êxito, pois uma tal colocação correspondia a aspirações latentes e era adequada ao desenvolvimento das formas reais de vida. (Gramsci, p. 53, 2011).

Escrevendo numa conjuntura política e social bastante complicada, Gramsci sinaliza para a necessidade de um novo tipo de intelectual, diferente do modelo tradicional, que era descolado das questões da prática, da vida concreta, preso ao seu

mundo particular, submerso numa visão de mundo atemporal. Assim sendo, a demanda educacional daquela sociedade, na perspectiva da contra-hegemonia, seria formar intelectuais que exercessem uma nova função social - de dirigentes nas lutas dos trabalhadores contra a dominação do capital. Em outras palavras,

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanentemente", já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece "especialista" e não se torna "dirigente" (especialista + político). (Gramsci, p. 53, 2011).

Neste contexto, reconhecemos na práxis deste espaço escolar um terreno fértil para se pensar alternativas de construção de um modelo de escola que, de fato, promova uma educação integral, assim como tem sido reivindicado por aqueles que têm produzido com base no pensamento de Marx (Frigotto, 2005; Ciavatta, 2005; Ramos, 2005; Duarte, 2012; Saviani, 2012), isto é, tendo o trabalho como princípio educativo e norteador do processo pedagógico.

Ao observarmos o trabalho educativo do IPUFRJ, percebemos maior preocupação quanto à concepção de formação humana que deve orientar a sua prática. O currículo, o espaço, o tempo, as atividades que fazem parte da rotina diária dos alunos são estruturados de maneira que contribuam para a superação da forma fragmentada de abordar o conhecimento, representando um traço marcante de contra hegemonia. Assim, a pedagogia de projetos tem se revelado importante ferramenta na integração dos diversos campos do saber e, também, para uma abordagem que articule o trabalho manual e o trabalho intelectual.

### **Referências Bibliográficas.**

CIAVATTA, M. **Trabalho como Princípio Educativo**. Dicionário de Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fundação FioCruz, 2008.

CIAVATTA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: CIAVATTA, M; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Teoria e Educação no Labirinto do Capital. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (Org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 59-68.

\_\_\_\_\_. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores - Excertos** In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação omnilateral**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) Dicionário da educação do campo. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) Dicionário da educação do campo. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 2: os intelectuais, princípio educativo, jornalismo**. 6ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2011.

IPUFRJ. **Projeto político-pedagógico**. Cabo Frio, 2011.

KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. 8ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 2ª Ed. Campinas, SP: Alínea editora, 2010.

MARX, Karl. **Textos sobre Educação e ensino**. 4 ed São Paulo. Centauro, 2004.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: expressão popular, 2000.

SAVIANI, D. **O choque teórico da Politecnia**. In: Trabalho, educação e saúde. Fiocruz. Rio de Janeiro, 1(1):131-152, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações** – 10. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.



SAVIANI, D; DUARTE, N. (Orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores associados, 2012.

UFRJ/IPUFRJ. **Proposta de consolidação do Programa pedagógico do Colégio Politécnico da UFRJ em Cabo Frio**: uma parceria entre a UFRJ e a Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Cabo Frio, 2007.

UFRJ/NIDES. **Programa de Formação de Professores da Educação Básica em áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009.